

IDEIAS E TENDÊNCIAS EM FOCO **4**

Ideias e Tendências

Francisca Rejane Bezerra Andrade
Júnior Macambira

**PROJOVEM URBANO NO CEARÁ:
UM ESTUDO SOBRE AS DIMENSÕES SOCIAL, FAMILIAR E
ECONÔMICA**

Fortaleza
Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
2011

em foco

Periodicidade: Quadrimestral

Obra publicada pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT)

Endereço:

Av. Universidade, 2596, Benfica

CEP: 60.020-180

PABX: (85) 3101-5500/FAX: 3101-5493 Horário de atendimento: 8 às 17 h

E-mail: idt@idt.org.br

Andrade, Francisca Rejane Bezerra.

Projovem Urbano no Ceará: um estudo sobre as dimensões social, familiar e econômica/ Francisca Rejane Bezerra Andrade, Júnior Macambira- Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2011.

29p. - (Ideias e tendências em foco / Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, ISSN 1982-4505; 4)

1. Educação. 2. Dimensões Sociais. 3. Dimensão Familiar. 4. Dimensão Econômica. I. Macambira, Júnior. II. Título. III. Série.

CDD: 370

Presidente do IDT

Francisco de Assis Diniz

Diretora Administrativo-Financeira do IDT

Sônia Maria de Melo Viana

Diretor de Estudos e Pesquisas do IDT

Francisco Assis Papito de Oliveira

Diretor de Promoção do Trabalho do IDT

Antônio Gilvan Mendes de Oliveira

Coordenador de Estudos e Análise de Mercado

Erle Cavalcante Mesquita

Coordenadora de Produção Estatística

Rosaliane Macedo Pinto Quezado

Editor

Leôncio José Bastos Macambira Júnior

Revisão Vernacular

Maria Luísa Vaz Costa

Normalização Bibliográfica

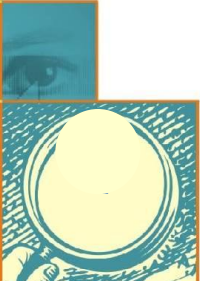
Paula Pinheiro da Nóbrega

Diagramação

Clayton Queiroz de Oliveira

Raquel Marques Almeida Rodrigues

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT).



SUMÁRIO

1. MERCADO DE TRABALHO E JUVENTUDE

5

2. JUVENTUDE BRASILEIRA: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS EM FOCO

7

3. PROJOVEM URBANO NO CEARÁ: PRINCIPAIS DIMENSÕES DA VIDA DOS JOVENS

9

3.1. Perfil Ocupacional dos Jovens do ProJovem Urbano no Ceará

13

3.2. Situação Educacional do Jovem e as motivações para participar do ProJovem

16

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

21

REFERÊNCIAS

ANEXO





1. MERCADO DE TRABALHO E JUVENTUDE

Francisca Rejane Bezerra Andrade¹
Júnior Macambira²

Presencia-se um amplo processo de mudança no mercado de trabalho com a desmobilização do movimento sindical e a redução dos benefícios sociais, ao passo que se observa uma grave situação de desemprego advinda da introdução do que Harvey (1992) denominou de acumulação flexível.

O desemprego e a precarização do trabalho passam a compor a nova realidade da estrutura produtiva mundial, acrescida do baixo dinamismo da produção e da forte oscilação no nível de atividade econômica mundial.

Estando um grande número de trabalhadores excluídos do processo de trabalho, em consequência dos fenômenos acima descritos, estaria se produzindo uma exclusão mais ampla que provoca uma modificação estrutural da sociedade. Nesse contexto, a segmentação e a desigualdade social passam a ter um novo sentido. Na economia capitalista tradicional cada segmento social era uma categoria, e a desigualdade se produzia entre grupos sociais. Atualmente, a segmentação se produz dentro de cada grupo social.

Sobre essa questão Campos et al. (2003, p. 31) ressaltam que: “na sociedade de mercado, a insegurança material mantém-se permanente, ainda que a inclusão proporcionada pela cultura individualista do consumo seja acompanhada da exclusão gerada por privações relativas e insegurança social”.

Na verdade, o que se observa é que a população que vive em condições econômicas e sociais vulneráveis é impedida de desfrutar dos serviços sociais básicos. Para essa parcela da população, que também fica fora do todo ou de quase todo o processo educativo, a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho através de um emprego formal e menos precário é pouco provável. Como sinaliza Oliveira (2002, p. 266):

[...] a duplicidade do horror social que esta parte da sociedade vive é acentuada, pois, ao não ter emprego, não consegue adquirir certos bens sociais, como, por

¹ Profa. Dra. do Curso de Serviço Social, do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade e do Mestrado Profissional em Planejamento de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará.

² Analista de Mercado de Trabalho do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT e Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE.

exemplo, a educação. E por não dispor de um nível maior de escolarização, tem dificultado sua possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Isso não implica dizer que há uma relação direta entre escolarização e garantia de emprego [...]. No entanto, não é difícil de reconhecer que o patronato pode estabelecer maiores níveis de seletividade para aqueles que buscam um emprego.

Nessa conjuntura, importa destacar que as taxas de desemprego mundial da população jovem mostram-se mais sensíveis que as taxas de adultos, tornando-se objeto de análise e preocupação de organismos internacionais e dos países em quase sua totalidade.

Para ter uma ideia da magnitude do problema, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelou no *Relatório Tendências Mundiais para a Juventude 2010*, que entre 2007 e 2009, o desemprego juvenil aumentou em 7,8 milhões (1,1 milhões em 2007/08 e 6,7 milhões em 2008/09). Em comparação ao longo do período de dez anos antes da crise atual (1996/97 a 2006/07), o número de jovens desempregados aumentou, em média, 191 mil por ano. (OIT, 2010).

O referido Relatório indicou, ainda, que de cerca de 620 milhões de jovens economicamente ativos com idade entre 15 e 24 anos, 81 milhões estavam desempregados no final de 2009, indicando uma elevação recorde e um índice de 7,8 milhões a mais do que o número global de 2007. Revela, também, que a taxa de desemprego dos jovens aumentou de 11,9% em 2007 para 13,0% em 2009. (OIT, 2010).

Essa realidade contribui para o entendimento de que a inserção dos jovens no mercado de trabalho torna-se um desafio e um elemento central para as nações, com vistas ao crescimento econômico, ao desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza no mundo. E é a partir dessa compreensão que avançam as discussões em torno do desenvolvimento de políticas públicas para a juventude que passaram a compor a agenda dos debates internacionais e nacionais.

Somente no final do século XX, no entanto, inicia-se um movimento considerável nessa direção, por um lado devido ao crescimento dessa camada populacional em termos mundiais e, por outro, porque os jovens tornaram-se as principais vítimas dos problemas mundiais, como o desemprego e seu reflexo, a pobreza, que é um fenômeno não específico dos países em desenvolvimento.

2. JUVENTUDE BRASILEIRA: ALGUMAS CARACTERÍSTICAS EM FOCO

O universo juvenil apresenta características diversas, em termos de Brasil pode-se identificar uma diversidade de raças, classes sociais, níveis de escolaridade, estratégias de inserção no mercado de trabalho, acesso à saúde, à habitação, à cultura e à tecnologia, num universo de 34,7 milhões de jovens de 15 a 24 anos de idade, independentemente da região que habitam e, ao mesmo tempo, quando há comparações regionais. Todavia, importa destacar que esse contingente se amplia para 50,5 milhões de jovens se considerarmos a faixa etária de 15 a 29 anos, conforme a nova política nacional para a juventude (COSTANZI, 2009)³.

Ainda segundo Costanzi (2009), o perfil da população jovem de 15 a 24 anos, no Brasil, apresenta a seguinte configuração: existe certo equilíbrio entre os sexos (17,3 milhões são mulheres e 17,4 milhões são homens); há um número maior de jovens da raça negra (18,2 milhões) em relação aos jovens da raça branca (16,3 milhões); predomínio de jovens residindo nas áreas urbanas (28,9 milhões); 41% da população jovem têm de zero a quatro anos de estudo e 44% tinham entre nove e onze anos de estudo na época da pesquisa. Considerando este último dado, o autor destaca que os jovens na atualidade estão mais preocupados em investir na sua educação formal, fato que pode ter relação com as novas demandas do mercado de trabalho por trabalhadores melhor qualificados e com níveis de escolaridades mais elevados.

Especificamente em termos educacionais, Costanzi (2009, p. 27) apresenta uma realidade desafiadora para o Brasil quando destaca que:

A situação educacional dos jovens brasileiros é um misto de avanços, problemas, desigualdades e desafios. Os avanços se referem ao fato de que os jovens atualmente passam mais tempo na escola e têm maior escolaridade que os adultos. Contudo, há desigualdades expressivas no acesso à educação (por faixa de renda, raça/cor, rural e urbano, e por região do país), e problemas com a qualidade do sistema educacional.

A relação anos de estudo e faixa de renda revela a importância que a renda familiar tem sobre as possibilidades de prosseguimento de estudos dos jovens brasileiros, assim

³ Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006.

como as influências do nível de escolaridade sobre a forma de ingresso do jovem no mercado de trabalho. Sobre essa problemática Castro e Aquino (2008 apud COSTANZI, 2009, p. 31) destacam que:

A frequência ao ensino médio na idade adequada abrange, atualmente, menos da metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos, tendo em vista que cerca de um terço deles ainda estão no ensino fundamental e cerca de 18% estão fora da escola [...]. Também há uma quantidade considerável de jovens que deixaram a escola sem sequer completar o ensino fundamental [...]. Isso evidencia a magnitude dos problemas existentes, apesar do aumento da escolaridade média dos jovens brasileiros.

Essa realidade corroborou o desenvolvimento de ações públicas mais efetivas a partir de 2007, voltadas especificamente para a juventude no Brasil, seja em termos de políticas educacionais voltadas para o prosseguimento dos estudos no ensino fundamental ou médio, seja em termos de políticas de qualificação profissional de nível inicial ou técnico.

Adentrando na problemática da inserção dos jovens de ambos os sexos no mercado de trabalho brasileiro, identificam-se características de precariedade, desemprego e informalidade atreladas a baixos níveis salariais e de proteção social, configurando uma situação pouco propícia para a oferta de um trabalho decente.

Os impactos do ingresso prematuro dos jovens no mercado de trabalho ao invés do ingresso e permanência na escola são diretos, principalmente em ocupações precárias e informais que demandam elevadas jornadas de trabalho. Essa realidade se configura um grande dilema para os jovens brasileiros, principalmente para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social, pois:

[...] a busca de trabalho por necessidade traz prejuízos à formação educacional formal, o que, por sua vez, gera impactos negativos sobre sua inserção futura no mercado de trabalho, em geral sem qualquer contrapartida significativa, em termos de aquisição de experiência profissional de boa qualidade, que contribua para a construção de uma trajetória de trabalho decente. (COSTANZI, 2009, p. 45).

O quadro até agora demarcado revela a necessidade de investimentos em políticas públicas para a juventude brasileira voltadas para a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e de emprego e renda, com um olhar direcionado para os homens e mulheres jovens, negros e pobres que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social.

Após essa breve explanação sobre a realidade da juventude no Brasil dar-se-á início à apresentação do perfil dos jovens que participaram das turmas do ProJovem Urbano no Ceará no ano de 2010⁴.

3. PROJOVEM URBANO NO CEARÁ: PRINCIPAIS DIMENSÕES DA VIDA DOS JOVENS

Este tópico tem por objetivo sistematizar e refletir sobre o ProJovem Urbano desenvolvido no Ceará no período de 2010-2011 em seus diversos aspectos: perfil socioeconômico dos jovens que ingressaram no programa em 2010; dinâmicas familiares; escolaridade; formação para o trabalho; ocupação profissional e avaliação dos sujeitos pesquisados acerca do programa. Enfim, de modo geral trata das principais dimensões da vida desses jovens e como estas se configuram na sociedade.

Os resultados obtidos por meio do cruzamento de dados como sexo, faixa etária e cor/raça, apresentam a seguinte configuração: para o sexo feminino 71,8% são pardas; 16,5% são brancas; 6,4% são pretas; 3,3% são amarelas e apenas 1% é indígena. Para o sexo masculino, 61,8% se declararam pardos. Em segundo lugar estão os jovens que se consideram brancos (21,3%), seguidos pelos jovens pretos (10,9%). Os jovens que se consideram amarelos somam 3,1% do total dos pesquisados. Somente 1,2% dos jovens afirmaram ser indígenas.

⁴ A Coordenação Executiva do ProJovem no Ceará contratou o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) para realizar pesquisa com vistas a traçar o perfil do jovem beneficiário do Programa no Estado, a partir da análise do documento Boletim de Resultados Projovem Urbano. (BOLETIM..., 20--). Para tanto, a diretoria de estudos e pesquisas do IDT compôs uma equipe de especialistas para realizar essa avaliação, optando por desenvolver a seguinte metodologia:

1. O Universo do ProJovem no Ceará era composto, no momento da pesquisa, por 12.743 jovens, sendo que 2.331 jovens ingressaram em 2009 (denominada de Primeira Entrada), e 12.743 jovens ingressaram em 2010 (denominada de Segunda Entrada), estando distribuídos nos polos onde o Programa foi ou está sendo executado.
2. A amostra foi composta por 905 questionários, sendo 165 questionários aplicados com jovens egressos de 2009 (Primeira Entrada), e 740 questionários aplicados com jovens ingressantes de 2010 (Segunda Entrada), distribuídos nos polos: Coordenação Geral; Sobral; Quixeramobim e Iguatu.
3. Erro de amostragem: 3%
4. Nível de significância: 5% = 95% de confiança
5. Fração de amostragem (amostra/universo): 7,17%.

Pode-se inferir, portanto, que a maioria dos jovens participantes do ProJovem Urbano é afrodescendente⁵. Outrossim, o percentual de jovens brancos para ambos os sexos leva à reflexão sobre a abrangência e importância do ProJovem Urbano enquanto política pública, pois direciona sua ação para o público jovem em situação de vulnerabilidade social sem distingui-los por raça, credo, sexo, opção sexual etc.

Quando se direciona o olhar para o sexo segundo a faixa etária dos jovens, identifica-se que dentre as jovens de 18 a 24 anos pesquisadas 71,7% consideram-se pardas; 16,0% dizem ser brancas; 7,0% afirmam ser pretas; 2,5% consideram-se amarelas e 1,2% dizem ser de raça indígena. Ao se observar a faixa etária de 25 a 29 anos, nota-se, assim como na faixa anterior, um maior predomínio da cor parda entre as jovens, ficando em segundo lugar, aquelas de cor branca.

A análise dos resultados no caso dos jovens do sexo masculino confirma o predomínio da cor parda entre eles, independente da faixa etária, sendo de 60,6% na faixa de 18 a 24 anos, e de 64,0%, na faixa de 25 a 29 anos. Aqueles de cor branca ocupam o segundo maior percentual de jovens com esta cor. Nas demais cores, o percentual de jovens tem menor expressão à exceção da cor preta, que apresenta percentuais mais elevados.

Historicamente no Brasil, os indivíduos “não brancos” enfrentam dificuldades de ordem social e econômica que contribuem para que estes optem por ingressar precocemente no mercado de trabalho, dificultando o seu acesso e permanência na escola. Une-se a esse aspecto o fato de que os jovens que residem no interior do Estado do Ceará sofrem com as dificuldades de escolas para atender as demandas da população na localidade onde residem. Importa destacar, ainda, que essa realidade seja menos preocupante atualmente que a vivida pelos jovens do ProJovem Urbano pesquisados, pois há 15 ou 20 anos essa problemática era bem mais presente, o que deve ter contribuído também para que os jovens na faixa etária de 25 a 29 anos não tenham permanecido na escola e concluído a educação básica. Todavia, não se pode deixar de inferir que:

No que se refere ao ensino fundamental, os problemas relacionados com qualidade da educação prestada têm sido objeto de amplo debate, intensificado após a

⁵ Os termos população negra e Afrodescendente designam os que nas pesquisas demográficas oficiais declaram ter a cor ou raça preta e cor ou raça parda devido à proximidade dos indicadores sociais dessas duas populações. Pois os pardos, apesar de não apresentarem uma identidade negra, são assim identificados e discriminados pelos demais contingentes, sendo, portanto, sujeitos às mesmas barreiras de realização socioeconômica que as de raça ou cor preta. (PAIXÃO; CARVANO, 2008).

implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em 1990, cujos resultados periódicos apontam para insuficiência no desempenho de parcela importante dos estudantes avaliados. Outros indicadores, como os índices de reprovação, repetência e evasão escolar, além dos de defasagem entre idade do aluno e série escolar freqüentada, apontam também, inequivocamente, para os sérios problemas que enfrenta hoje o ensino fundamental no país. (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005, p. 238-239).

Partindo para a análise do estado civil dos pesquisados, observa-se, por um lado, que dentre os jovens do sexo feminino 30,5% encontravam-se solteiras e um total de 64,0% afirmavam estar casadas. Destaque-se que há uma maior concentração de jovens casadas na faixa etária dos 25 a 29 anos (73.7%). Entre as jovens de 18 a 24 anos o percentual de jovens casadas decresce para 57%.

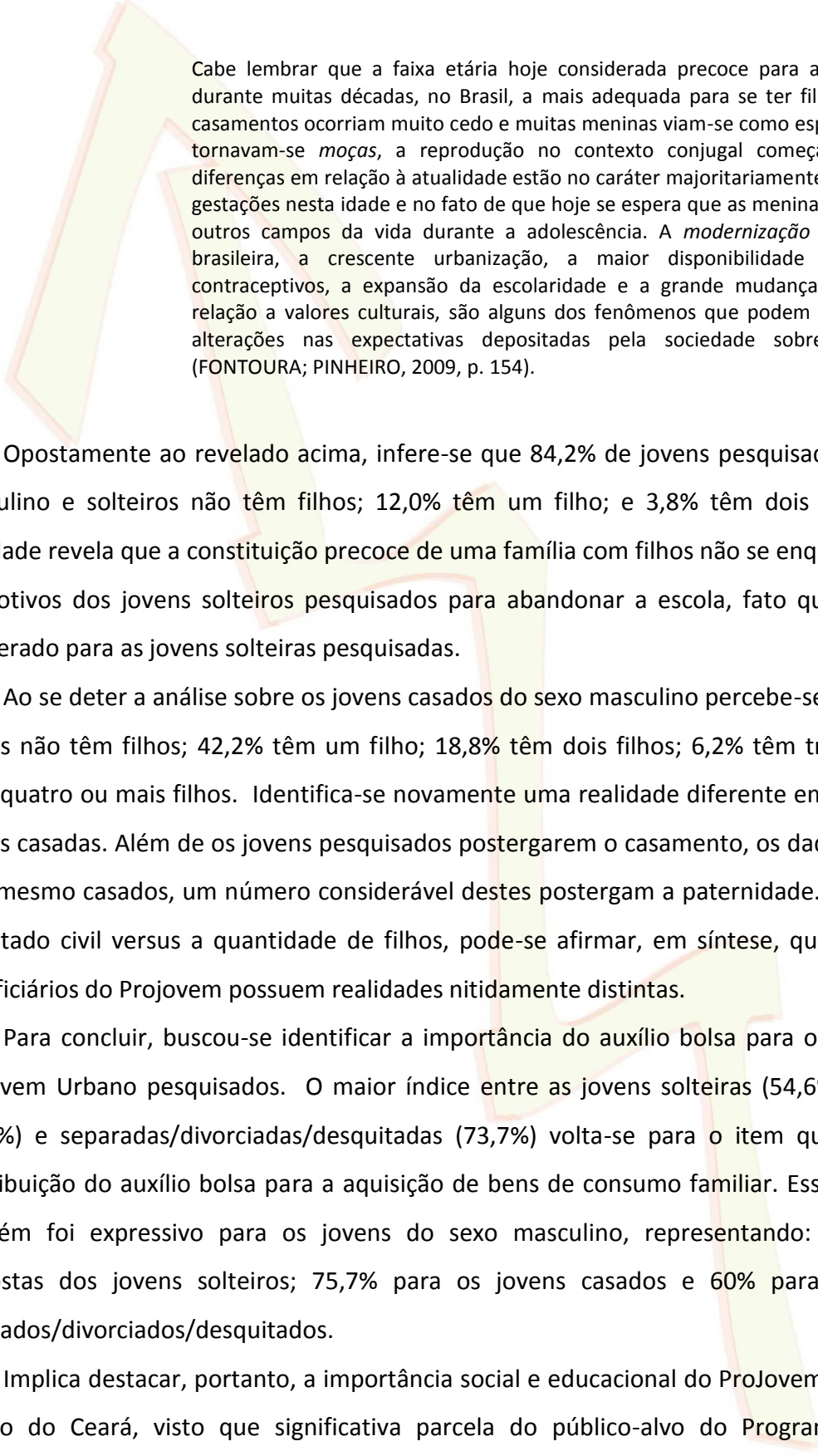
Pode-se afirmar que as jovens se casam mais que os jovens. Este fato encontra explicação na constituição das relações de gênero na sociedade brasileira. As mulheres, embora na contemporaneidade busquem empreender outros investimentos na sua vida, além do casamento e da maternidade, ainda têm sua identidade de mulher fortemente vinculada ao enlace conjugal e tendem a muito cedo coabitarem com seus parceiros, principalmente as jovens que residem em cidades interioranas, onde em muitos casos ainda persiste a cultura de que a mulher nasce para casar e procriar.

Por outro lado, os resultados revelam que a maioria de jovens do sexo masculino é solteira (56,9%). Os casados representam a segunda maior porcentagem, somando 39,9% das respostas. Observa-se que 67,1% dos jovens do sexo masculino na faixa etária de 18 a 24 anos e 38,6% dos que estão na faixa etária entre 25 a 29 estão solteiros. Pode-se deduzir que o casamento para os jovens do sexo masculino não se coloca como prioridade, diferentemente do detectado em relação às jovens pesquisadas.

Analisando a quantidade de filhos por sexo e estado civil, tem-se a seguinte configuração para jovens do sexo feminino: 35,4% das jovens têm um filho; 27,2% têm dois filhos; 18,1% não têm filhos; 14,8% têm três filhos e apenas 4,5% têm quatro ou mais filhos.

Dentre as jovens solteiras observa-se que 36,7% não têm filhos; 33,6% têm um filho; 18,0% têm dois filhos; 9,4% têm três filhos; e 2,3% têm quatro ou mais filhos.

Os dados acima indicam, no limite, a fragilidade do Brasil em termos de controle de natalidade e, conseqüentemente, de controle de doenças sexualmente transmissíveis entre os jovens. Outrossim,



Cabe lembrar que a faixa etária hoje considerada precoce para a gravidez foi, durante muitas décadas, no Brasil, a mais adequada para se ter filhos. Como os casamentos ocorriam muito cedo e muitas meninas viam-se como esposas tão logo tornavam-se *moças*, a reprodução no contexto conjugal começava cedo. As diferenças em relação à atualidade estão no caráter majoritariamente *ilegítimo* das gestações nesta idade e no fato de que hoje se espera que as meninas invistam em outros campos da vida durante a adolescência. A *modernização* da sociedade brasileira, a crescente urbanização, a maior disponibilidade de métodos contraceptivos, a expansão da escolaridade e a grande mudança ocorrida em relação a valores culturais, são alguns dos fenômenos que podem explicar estas alterações nas expectativas depositadas pela sociedade sobre os jovens. (FONTOURA; PINHEIRO, 2009, p. 154).

Opostamente ao revelado acima, infere-se que 84,2% de jovens pesquisados do sexo masculino e solteiros não têm filhos; 12,0% têm um filho; e 3,8% têm dois filhos. Essa realidade revela que a constituição precoce de uma família com filhos não se enquadra entre os motivos dos jovens solteiros pesquisados para abandonar a escola, fato que deve ser ponderado para as jovens solteiras pesquisadas.

Ao se deter a análise sobre os jovens casados do sexo masculino percebe-se que 30,5% destes não têm filhos; 42,2% têm um filho; 18,8% têm dois filhos; 6,2% têm três filhos; e 2,3% quatro ou mais filhos. Identifica-se novamente uma realidade diferente em relação às jovens casadas. Além de os jovens pesquisados postergarem o casamento, os dados indicam que, mesmo casados, um número considerável destes postergam a paternidade. Na relação ao estado civil versus a quantidade de filhos, pode-se afirmar, em síntese, que os jovens beneficiários do Projovem possuem realidades nitidamente distintas.

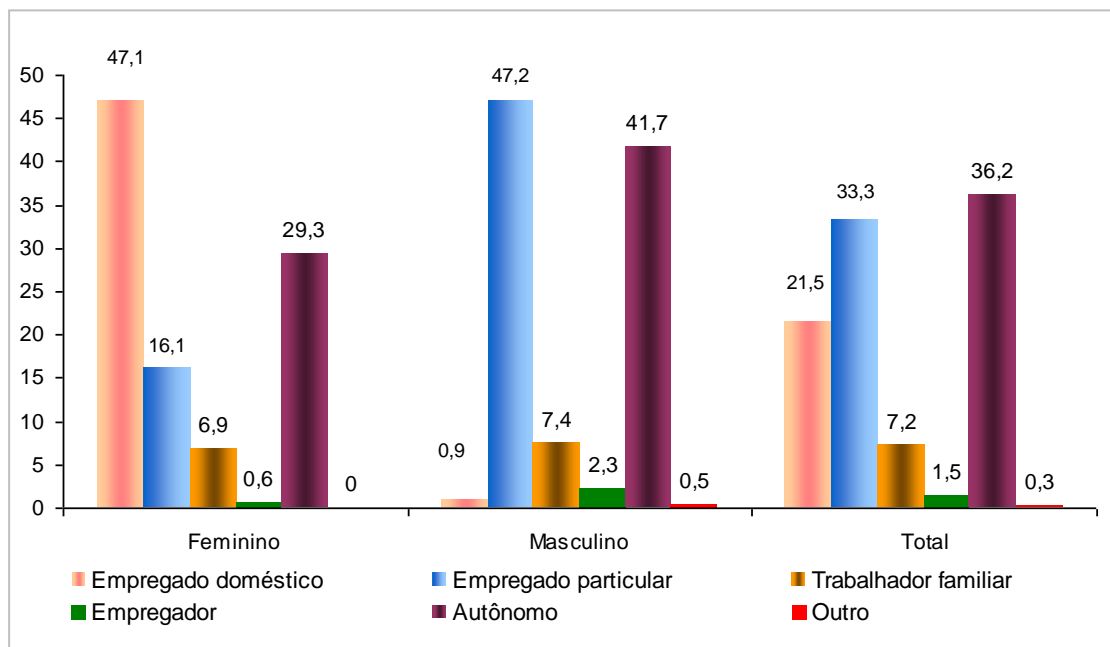
Para concluir, buscou-se identificar a importância do auxílio bolsa para os jovens do Projovem Urbano pesquisados. O maior índice entre as jovens solteiras (54,6%), casadas (80,3%) e separadas/divorciadas/desquitadas (73,7%) volta-se para o item que afirma a contribuição do auxílio bolsa para a aquisição de bens de consumo familiar. Esse resultado também foi expressivo para os jovens do sexo masculino, representando: 43,7% das respostas dos jovens solteiros; 75,7% para os jovens casados e 60% para os jovens separados/divorciados/desquitados.

Implica destacar, portanto, a importância social e educacional do Projovem urbano no Estado do Ceará, visto que significativa parcela do público-alvo do Programa que foi pesquisada utiliza-se da bolsa para complementar a renda para a aquisição de itens necessários à subsistência da família que habita uma sociedade marcada pela miséria e pobreza.

Interessa, a partir de agora, compreender como se configura a situação ocupacional dos jovens que ingressaram no ProJovem Urbano em 2010, temática apresentada a seguir.

3.1. Perfil Ocupacional dos Jovens do ProJovem Urbano no Ceará

A análise sobre a categoria ocupacional dos jovens revela que a maior parcela (36,2%) atua como autônomo no mercado de trabalho e, na sequência, aqueles que trabalham como empregado particular (33,3%), seguidos de empregado doméstico (21,5%). Em termos da composição segundo o gênero, nas três categorias aqui mencionadas os homens são maioria, sendo exceção o grupo empregado doméstico, onde as mulheres são maioria, com um percentual de 47,1% do total de todas as categorias ocupacionais entre elas, ou seja, quase metade das mulheres trabalha em serviços domésticos. Ao se relacionar a categoria ocupacional com a posse ou não da carteira de trabalho, confirma-se ainda mais a tendência de jovens que trabalham como autônomos, considerando-se o elevado percentual de pessoas sem carteira assinada (92,0%), uma demonstração explícita do grau de informalidade e de precarização das relações de trabalho.



Jovens segundo a Categoria Ocupacional e o Gênero – Municípios Selecionados – Julho – Agosto/2010

Fonte: Pesquisa Direta – Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT).

Jovem Ocupado por Situação da Carteira de Trabalho, segundo o Sexo – Municípios Selecionados – Julho – Agosto/2010

| Situação da CTPS e tipo de contrato | Sexo | | Total |
|---|--------------|--------------|--------------|
| | Feminino | Masculino | |
| Carteira assinada em tempo integral | 2,3 | 7,9 | 5,4 |
| Carteira assinada em tempo parcial | 1,1 | 0,5 | 0,8 |
| Carteira assinada com contrato temporário | --- | 1,9 | 1,0 |
| Sem carteira assinada | 96,0 | 88,8 | 92,0 |
| Outro | 0,6 | 0,9 | 0,8 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta – IDT.

Se os dados acima expõem um quadro desfavorável para os jovens em termos da ausência de postos de trabalho com maior amparo social, por outro lado são inegáveis as limitações do emprego formalizado em regiões com baixo dinamismo econômico.

Para Braga (2010, p. 303),

Nas últimas décadas, a deterioração das condições de inserção da força de trabalho deu origem a uma variedade de situações ocupacionais, na qual o emprego assalariado padronizado, isto é, com proteção social e regulado pelas negociações coletivas, tornou-se manifestação cada vez menos representativa das condições de funcionamento dos mercados de trabalho. Mesmo em um contexto mais favorável, a reorganização do trabalho assalariado e a ampla incorporação dos trabalhadores em atividades por conta-própria destacam-se com traços definidores da ocupação nos países em desenvolvimento.

Diante das dificuldades de obtenção de melhores vagas ou mesmo pela possibilidade e disponibilidade de ocupar postos de trabalho sem a necessidade do registro em carteira, é fato que a ampliação dos estudos e a melhoria da qualificação profissional são dois elementos indispensáveis para a garantia de melhores condições de acesso ao mercado de trabalho. Os dois motivos mais evidentes que levaram os jovens a participar do ProJovem foram justamente a possibilidade de uma qualificação profissional (28,9%), e a conclusão do ensino fundamental, que registraram um percentual de 60,6%. Neste último caso, foi unânime o percentual de respostas, independentemente da situação ocupacional dos jovens, uma demonstração clara da importância do estudo em suas vidas. Em linhas gerais, esses elementos configuram os dois alicerces básicos e fundamentais na vida desses jovens, sobretudo numa perspectiva de melhor enquadramento no mundo do trabalho.

Quanto à cor, a maioria dos jovens foi considerada parda (67,6%) ou branca (18,5%), ficando os pretos numa terceira posição, com 8,4% dos casos. Em se tratando da situação ocupacional, os pardos têm uma maior probabilidade de estar desempregados, segundo a

pesquisa, enquanto o percentual de brancos, nessa condição específica, ocorre em menor proporção. Na categoria ocupado o diferencial entre brancos e pardos é mais favorável aos segundos, cujos percentuais identificados para homens e mulheres, indistintamente, mostram-se mais positivos, ou seja, uma ampla maioria de jovens de cor parda possui mais chances de ocupação. No caso dos pretos, que surgem como a terceira maior população dos jovens entrevistados, as dificuldades ocupacionais assumem um papel ainda intrigante em nossa sociedade, e a escola tem um papel decisivo nessa transformação. Na opinião de Osório (2008, p. 85),

Dentro da escola, outros fatores se somam ao legado da origem social conspirando contra o sucesso dos alunos negros. Para os negros, a passagem pelo sistema educacional é ainda mais importante que para os brancos, pois essa é a única forma pela qual podem eventualmente superar as desigualdades de origem, qualificando-se para aproveitar os canais de mobilidade ascendente. Mas o sistema educacional tende a reproduzir as desigualdades de origem e não a contrapô-las.

Por tudo isso, a escola é a base, o caminho pelo qual pode, em muitos casos, proporcionar um salto de qualidade na vida das pessoas, contribuindo, assim, para o rompimento das desigualdades e da discriminação.

Quanto às possíveis razões que levam o jovem a abandonar os seus estudos, a pesquisa revela como principais motivos às questões familiares (45,6%) e o conflito com o horário de trabalho (23,8%). Neste último caso, a necessidade de trabalhar para garantir o seu próprio sustento ou mesmo da sua família impede que muitos jovens avancem em seus estudos ou, no mínimo, possam concluí-los, gerando consequências nem sempre superadas ao longo da sua vida profissional ou mesmo pessoal.

Outra abordagem sobre a situação dos jovens diz respeito ao aspecto da discriminação, fato muito comum em nossa sociedade e que perdura até hoje. Para os jovens entrevistados a discriminação mais lembrada por eles está relacionada à sua condição econômica, abordada por 19,4% das pessoas. Em segundo lugar, a questão do local de origem, cujo percentual foi de 16,4%, e nos dois últimos casos de maior relevância, por conta da questão religiosa (15,9%) e por outros motivos, com igual percentual (15,9%). Em todos os casos aqui mencionados, nada justifica qualquer forma de discriminação, muito menos por questões atreladas à condição social das pessoas, à sua formação ou ao credo religioso, à sua origem ou a qualquer outra razão.

Ao analisar a participação dos jovens na vida econômica das famílias, a pesquisa aponta que 58,4% das mulheres não trabalham, enquanto entre os homens esse percentual chega a 32,7%, ou seja, de cada dez jovens que informaram não trabalhar, aproximadamente seis são mulheres. Em caso de trabalhar, eles ocupam uma situação melhor do que elas (67,3%), que apontam um percentual de 41,6%, ratificando que os homens ocupam uma maior parcela do mercado de trabalho, mesmo reconhecendo o crescimento das mulheres nas últimas décadas. Outro elemento que também externa as diferenças entre homens e mulheres no mundo do trabalho diz respeito à independência financeira. Cerca de 60,4% das jovens mulheres declararam trabalhar, mas não têm independência financeira, diferentemente dos homens, cujo percentual, neste caso, ficou em 31,0%, atestando um maior grau de dependência das mulheres jovens. Por fim, considerando-se que a maioria dos homens declarou trabalhar, cerca de 40,3% deles respondem pelo sustento de suas famílias, quase o dobro do percentual apresentado no caso das mulheres (20,1%).

Participação na Vida Econômica da Família, segundo o Sexo e a Situação Ocupacional – Municípios Selecionados – Julho – Agosto/2010

| Participação na vida econômica da família | Feminino | Masculino |
|---|--------------|--------------|
| Não trabalha | 58,4 | 32,7 |
| Trabalha | 41,6 | 67,3 |
| Total | 100,0 | 100,0 |
| Trabalha e é independente financeiramente | 19,5 | 28,7 |
| Trabalha mas não é independente financeiramente | 60,4 | 31,0 |
| Trabalha e é responsável pelo sustento da família | 20,1 | 40,3 |
| Total | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta – IDT.

Parcela significativa da juventude, principalmente a pertencente às camadas populares que partilham o cotidiano marcado pela miséria e pobreza, sente dificuldade de uma inserção qualificada no mercado de trabalho pela baixa escolarização. Importa identificar elementos, no tópico a seguir, que contribuíram para que os jovens participantes do ProJovem Urbano tenham desistido de permanecer na escola na idade certa.

3.2. Situação Educacional do Jovem e as motivações para participar do ProJovem

Observa-se, primeiramente, o processo de escolarização desses jovens e identifica-se que o maior percentual de homens (57,0%) e mulheres (68,0%) jovens começou a estudar

até os seis anos de idade. Também foi perceptível que 62,5% de jovens do sexo feminino e 64,7% de jovens do sexo masculino iniciaram os estudos na pré-escola.

Importa inferir que fatores como histórico familiar, fluxos familiares migratórios, ingresso precoce no mercado de trabalho, dentre outros, podem ter contribuído para que os jovens pesquisados tenham desistido de permanecer na escola, apesar de significativo número destes terem ingressado na série equivalente à sua idade, o que pode ter ocasionado abandonos e reprovações escolares ao longo de sua trajetória de vida.

Ao realizar uma comparação entre a idade e a série em que os jovens iniciaram os estudos percebe-se que a maioria dos que estão na faixa etária de 18 a 24 anos (66,9%) e daqueles que estão na faixa etária de 25 a 29 anos (57,4%) iniciaram os estudos até os 6 anos de idade, assim como 65,2% daqueles jovens de 18 a 24 anos e 60,9% dos jovens de 25 a 29 anos iniciaram os estudos na pré-escola.

Os resultados apresentados acima possibilitam afirmar que os jovens pesquisados estavam na idade e série certas para serem alfabetizados quando ingressaram na escola. Todavia, chega-se à conclusão de que esses jovens, apesar de terem sido inseridos no processo de alfabetização, não encontraram meios e ações voltados para sua permanência no sistema de ensino.

Mortatti (2010, p. 329) apresenta uma contribuição significativa a esse respeito:

A alfabetização escolar – entendida como processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita em língua materna, na fase inicial de escolarização de crianças – é um processo complexo e multifacetado que envolve ações especificamente humanas e, portanto, políticas, caracterizando-se como dever do Estado e direito constitucional do cidadão. Em sociedades letradas contemporâneas, essa relação tanto impõe a necessidade de inserção/inclusão dos não alfabetizados no mundo público da cultura escrita e nas instâncias públicas de uso da linguagem, quanto demanda a formulação de meios e modos mais eficientes para implementar ações, visando concretizar essa inserção/inclusão, a serviço de determinadas urgências políticas, sociais e educacionais.

Por conseguinte, ao levar em conta a cor do jovem segundo a idade em que começou a estudar, tem-se a seguinte configuração: o maior percentual dos que começaram a estudar com a idade de até 6 anos encontra-se entre os indígenas (87,5%). Este fato pode guardar relação com a educação específica para as populações indígenas, que em muitas comunidades contam com escola indígena, favorecendo a aceleração no nível de matrícula das crianças dessa etnia. Posteriormente, tem-se o jovem que se autoafirmou branco,

representando 64,3% dos jovens que começaram a estudar com a idade de até 6 anos. Em seguida encontram-se os jovens pardos com 64,1% das respostas; depois estão os amarelos com 62,5% e, finalmente, os pretos com 53,2% dos resultados.

Esses dados levam a inferir que dentre as populações que iniciam mais tardiamente os estudos está a população preta. Pode-se relacionar esse fato ao histórico atraso na entrada desse grupo étnico na escola. Ainda durante o século XIX os negros não podiam se matricular em escolas, impedidos por decretos do Estado brasileiro. No Brasil, pelo decreto Nº 1331/1854, os negros e as negras não podiam ser admitidos em escolas. Segundo o decreto Nº 7031/1878, estes só poderiam estudar no período noturno. Este fato se renova ou se reedita em cenários contemporâneos, e as raízes se encontram no racismo que persiste na atual realidade brasileira, provocando desigualdades no campo educacional.

No que concerne ao nível de escolaridade de jovens negras e negros, estes apresentam desvantagens em relação à população branca. Permanece uma considerável desigualdade racial em termos de educação, pois os negros apresentam uma maior proporção de população analfabeta, um número maior de crianças e jovens que não frequentam a escola e as maiores taxas de repetência e defasagem idade/série, bem como abandono escolar.

Esses fatores confirmam as históricas desigualdades raciais vivenciadas na sociedade brasileira. As crianças e jovens negros apresentam dificuldades em permanecer numa escola que não os trata como sujeitos de direito, que se utiliza de um currículo eurocêntrico, posto que não tem efetivado de forma satisfatória a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio o ensino da história e da cultura africana e afrobrasileira nos currículos escolares.

A família assume papel preponderante de incentivo às suas crianças a estudarem, pois podem apoiar e acompanhar sistematicamente a escolarização dos seus membros. Considerando tal importância, os jovens pesquisados foram indagados sobre a escolaridade de seus pais. De modo geral os resultados ilustram um quadro em que muitos pais não estudaram ou possuem uma baixa escolarização, o que pode ter comprometido o rendimento escolar dos jovens quando crianças, tendo em vista a importância dos pais no apoio ao ensino e à aprendizagem das crianças.

[...] Pesquisas demonstram, de forma convincente, que a educação e os níveis de qualificação dos pais – especialmente das mães – estão associados positivamente

com a participação e desempenho educacional dos filhos (especialmente no caso das meninas). Pais com nível educacional mais alto entendem com mais facilidade a importância de garantir que seus filhos – e, especialmente, suas filhas – frequentem a escola e obtenham uma qualificação que lhes permita, por sua vez, levar uma vida mais independente e ativa. Foi constatado que a aprendizagem da família e o envolvimento dos pais nas escolas influenciam o desempenho de alunos com 16 anos de idade mais do que a classe socioeconômica. (UNESCO, 2010, p. 20).

A problemática do analfabetismo e a educação de jovens e adultos demandam uma reflexão para além do próprio sistema educacional, abrangendo questões de ordem econômica, política e de igualdade social.

A educação no Brasil avançou em termos de redução do analfabetismo, contudo a política educacional ainda convive com dois grandes problemas: a repetência e a evasão escolar.

No que tange à situação de reprovação, os dados da pesquisa ilustram que dos jovens que iniciaram os estudos na pré-escola 71,5% foram reprovados duas vezes ou mais; 64,7% foram reprovados uma vez; e 55,9% não foram reprovados. Entre aqueles que iniciaram os estudos na primeira série, 40,6% não foram reprovados; 32,1% foram reprovados uma vez e 25,6% foram reprovados duas vezes ou mais. Em relação aos que começaram a estudar depois da primeira série, observa-se que 1,4% não foram reprovados, 0,9% foram reprovados uma vez e 1,2% foram reprovados duas vezes ou mais.

Outro aspecto problemático no sistema educacional brasileiro se refere aos elevados índices de evasão escolar. Esse aspecto merece ser observado quando se trabalha com um público que está realizando uma aceleração educacional, como é o caso dos jovens do ProJovem Urbano. A evasão sem reprovação está presente entre a maioria das respostas dos jovens pesquisados. Esse fato pode advir de diversos fatores: dificuldades de ordem familiar ou econômica, gravidez precoce, distância da escola, ingresso prematuro no mercado de trabalho, trabalho infantil e dificuldades de aprendizagem, dentre outros.

Nessa perspectiva, quando se analisam os dados referentes ao abandono da escola segundo o sexo dos jovens, é visível o percentual diminuto daqueles que nunca abandonaram a escola, independentemente do sexo dos jovens pesquisados. Esse percentual chega a 11,2% para jovens do sexo feminino e 11,4% para jovens do sexo masculino.

Quando inquiridos sobre quais foram os motivos que os levaram a participar do ProJovem Urbano, o aspecto mais relevante apontado por ambos os sexos foi a oportunidade de concluir o ensino fundamental, totalizando 60,6% das respostas, sendo 62,0% das respostas de jovens do sexo feminino e 58,6% das respostas de jovens do sexo masculino.

Esse resultado pode estar relacionado à compreensão por parte dos jovens entrevistados de que eles precisam garantir uma escolaridade que os possibilite adentrar no mercado de trabalho menos precarizado e em condições de disputar melhores postos de trabalho, devendo cursar outros níveis de ensino para concorrerem a vagas mais qualificadas.

Observa-se como segundo motivo dos jovens a possibilidade de uma qualificação profissional (28,9%), sendo essa resposta apresentada por 30,8% de jovens do sexo feminino e por 26,5% de jovens do sexo masculino.

Os dados ainda revelam que dentre os jovens que tiveram a conclusão do ensino fundamental como maior motivo para participar do ProJovem Urbano 63,1% afirmaram-se pardos; 46,8% disseram ser pretos; 60,6% indicaram ser brancos; 45,8% afirmaram-se amarelos; e 50% pertencentes à raça indígena.

Em linhas gerais, pôde-se concluir que o incipiente nível de escolaridade dos jovens brasileiros resultou, em grande medida, das insuficientes condições de acesso e permanência à educação infantil e ao ensino fundamental, que resultam em sucessivas reprovações e evasão escolar, temporária ou definitiva. Com isso, parcela considerável das crianças ingressa na juventude com elevada defasagem educacional, tanto do ponto de vista quantitativo quanto em termos qualitativos. (CORBUCCI et al., 2009, p. 91).

Os processos educacionais são tidos como um dos fatores propulsores de mobilidade e ascensão social, em especial para as famílias pobres, pois consideram que o jovem com escolaridade compatível com sua idade teria melhores chances de adentrar no mercado de trabalho, tendo seus horizontes em termos culturais mais ampliados, evitando, por assim dizer, a situação de risco e vulnerabilidade social. É nessa perspectiva que se compreendem os motivos apresentados pelos jovens, bem como os possíveis motivos de suas famílias em apoiarem esses jovens nesse processo de escolarização tardia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do ProJovem Urbano no Ceará, sob a perspectiva dos jovens egressos da segunda turma do Programa, pretendeu fornecer uma visão reflexiva das dimensões social, familiar e econômica em que se situa o público-alvo.

O ProJovem Urbano é uma política pública emergencial que tem oportunizado a reinserção do jovem em situação de risco e vulnerabilidade social no processo de escolarização e qualificação para o mercado de trabalho, através do tripé formação básica, qualificação profissional e participação cidadã.

A análise das questões que permeiam o mundo do trabalho e os padrões de desigualdade presentes na sociedade atual, que têm gerado e ampliado a pobreza no Brasil e, conseqüentemente, no Ceará, revelam que o ProJovem Urbano atende as demandas de uma juventude que, devido à sua situação social e de sua família (pobreza, trabalho infantil, gravidez na adolescência, desestruturação familiar, formação prematura de uma família, carga horária de trabalho juvenil, violência social e doméstica etc.), não teve condições de permanecer na escola na idade certa. Essa situação tem prejudicado a inserção dos jovens de forma decente no atual mercado de trabalho, que passa a solicitar escolaridade mínima de ensino médio para os candidatos a um emprego.

Em primeiro lugar, os resultados da pesquisa levam a inferir que o ProJovem Urbano cearense atende uma maioria de jovens de raça parda, havendo nesse grupo um atendimento majoritário às jovens mulheres casadas na faixa etária de 18 a 24 anos. Portanto, o Programa se configura como uma alternativa positiva para as jovens cearenses que, por estarem casadas e terem de se dedicar aos afazeres domésticos e aos cuidados com os filhos, optaram por abandonar os estudos.

Em segundo lugar, o ProJovem Urbano tornou-se uma opção para a retomada e a finalização do ensino fundamental de jovens do sexo masculino que devido à condição socioeconômica da família e à necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho tiveram de abandonar a escola.

É preciso considerar, ainda, que o auxílio bolsa recebido pelos jovens que participam do ProJovem Urbano favorece principalmente a aquisição de bens de consumo familiar, o que leva à conclusão de que o Programa oportuniza a complementação da renda das

famílias dos jovens que subsistem com até meio salário mínimo por mês, passando a se configurar também como uma política assistencial.

Finalmente, é preciso destacar que a maioria dos jovens egressos do ProJovem Urbano pretende continuar os estudos objetivando um melhor preparo para se lançar no mercado de trabalho. Dessa forma, revela-se aqui o significado da ampliação da escolaridade para os jovens participantes desse Programa.

É claro o anseio da maioria dos jovens em continuar os estudos através de cursos profissionalizantes até a conclusão de cursos superiores. Esse aspecto pode ser considerado como indicativo de reflexão para os gestores das políticas de educação profissional no Estado do Ceará, com vistas a identificar as possibilidades de os jovens serem inseridos nos cursos técnicos de nível médio ofertados pelas escolas estaduais de educação profissional e pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, favorecendo a elevação da escolaridade e a possibilidade de inserção qualificada desses jovens no mercado formal de trabalho do Ceará.

REFERÊNCIAS

BOLETIM DE RESULTADOS PROJOVEM URBANO. Avaliação diagnóstica. Brasília, DF: Ministério da Educação, [20--].

BRAGA, T. Programas públicos de microcrédito: inadequação das respostas da política pública para inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado de crédito. In: BRAGA, T.; VIDAL, F.; NEVES, L. (Org.). **Trabalho em questão**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2010.

CAMPOS, A. et al. (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. São Paulo: Cortez, 2003. v. 2.

CARDOSO JR., J. C.; JACCOUD, L. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: SILVA, F. B. da. et. al. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, DF: IPEA, 2005.

CORBUCCI, P. R. et al. A situação educacional dos jovens brasileiros. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2009.

COSTANZI, R. N. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

FONTOURA, N. O.; PINHEIRO, L. S. Síndrome de Juno: gravidez, juventude e políticas públicas. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. [S.l.]: IPEA, 2009.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, maio/ago. 2010.

OIT. **Relatório tendências mundiais para a juventude 2010**. Bruxelas, 2010.

OLIVEIRA, M. R. N. S. O ensino técnico, o mundo do trabalho e questões didáticas: pontos para reflexão. In: ZIBAS, D. M. L. et al. (Org.). **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília, DF: Plano Editora, 2002.

OSÓRIO, R. G. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. [S.l.]: IPEA, 2008.

PAIXÃO, M.; CARVANO, L. M. (Org.) **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2007-2008**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

UNESCO. **Relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos**. Brasília, DF: UNESCO, 2010.



ANEXO

Tabela 1 - Jovem do PROJOVEM URBANO por Sexo e Faixa Etária, segundo a Cor - Municípios Seleccionados - Julho-Agosto/2010

| Cor | Sexo / Faixa etária | | | | | |
|-----------------------|---------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Feminino | | | Masculino | | |
| | 18 - 24 | 25 - 29 | Total | 18 - 24 | 25 - 29 | Total |
| Branco(a) | 16,0 | 17,1 | 16,5 | 21,8 | 20,2 | 21,2 |
| Pardo(a) | 71,7 | 72,0 | 71,8 | 60,6 | 64,0 | 62,0 |
| Preto(a) | 7,0 | 5,7 | 6,4 | 11,7 | 9,6 | 10,9 |
| Amarelo(a) | 2,5 | 4,6 | 3,3 | 3,4 | 2,6 | 3,1 |
| Indígena | 1,2 | 0,6 | 1,0 | 1,0 | 1,8 | 1,2 |
| Desconhece cor / raça | 1,6 | --- | 1,0 | 1,5 | 1,8 | 1,6 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta – IDT

Tabela 2 - Jovem do PROJOVEM URBANO por Sexo e Faixa Etária, segundo o Estado Civil - Municípios Seleccionados - Julho-Agosto/2010

| Estado civil | Sexo / Faixa etária | | | | | |
|---|---------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Feminino | | | Masculino | | |
| | 18 - 24 | 25 - 29 | Total | 18 - 24 | 25 - 29 | Total |
| Solteiro(a) | 37,7 | 20,6 | 30,5 | 67,1 | 38,6 | 56,9 |
| Casado(a) | 57,0 | 73,7 | 64,0 | 29,5 | 58,8 | 39,9 |
| Separado(a)/divorciado(a)/desquitado(a) | 4,1 | 5,1 | 4,5 | 1,0 | 2,6 | 1,6 |
| Viúvo(a) | 0,4 | 0,6 | 0,5 | --- | --- | --- |
| Outro | 0,8 | --- | 0,5 | 2,4 | --- | 1,6 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta – IDT.

Tabela 3 - Jovem do PROJOVEM URBANO por Sexo e Estado Civil, segundo a Quantidade de Filhos- Municípios Seleccionados - Julho-Agosto/2010

| Quantidade de filhos | Sexo / Estado civil | | | | | | | | | |
|-----------------------|---------------------|--------------|---|--------------|--------------|--------------|--------------|---|------------|--------------|
| | Feminino | | | | | Masculino | | | | |
| | Solteiro (a) | Casado (a) | Separado(a)/divorciado(a)/desquitado(a) | Viúvo (a) | Total | Solteiro (a) | Casado (a) | Separado(a)/divorciado(a)/desquitado(a) | Viúvo (a) | Total |
| Não tem filhos | 36,7 | 9,7 | 10,5 | --- | 18,1 | 84,2 | 30,5 | 40,0 | --- | 62,3 |
| Um filho | 33,6 | 34,6 | 52,6 | 50,0 | 35,4 | 12,0 | 42,2 | 20,0 | --- | 24,0 |
| Dois filhos | 18,0 | 32,5 | 21,1 | --- | 27,2 | 3,8 | 18,8 | 40,0 | --- | 10,3 |
| Três filhos | 9,4 | 17,2 | 15,8 | 50,0 | 14,8 | --- | 6,2 | --- | --- | 2,5 |
| Quatro ou mais filhos | 2,3 | 6,0 | --- | --- | 4,5 | --- | 2,3 | --- | --- | 0,9 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | --- | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta – IDT.

Tabela 4 - Jovem do Projovem Urbano por Sexo e Estado Civil, segundo a Importância do Auxílio Bolsa- Municípios Seleccionados - Julho-Agosto/2010

| Importância do auxílio bolsa | Sexo / Estado civil | | | | | | | |
|--|---------------------|--------------|---|--------------|--------------|--------------|---|------------|
| | Feminino | | | | Masculino | | | |
| | Solteiro (a) | Casado (a) | Separado(a)/divorciado(a)/desquitado(a) | Viúvo (a) | Solteiro (a) | Casado (a) | Separado(a)/divorciado(a)/desquitado(a) | Viúvo (a) |
| Contribui para a aquisição de bens de consumo individual | 14,1 | 3,7 | --- | 50,0 | 30,1 | 10,2 | 20,0 | --- |
| Contribui para a aquisição de bens de consumo familiar | 54,6 | 80,3 | 73,7 | 50,0 | 43,7 | 75,7 | 60,0 | --- |
| Contribui para que eu faça uma poupança para meu futuro | 29,7 | 16,0 | 26,3 | --- | 24,6 | 12,5 | --- | --- |
| Não tem importância | 1,6 | --- | --- | --- | 1,6 | 1,6 | 20,0 | --- |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | --- |

Fonte: Pesquisa Direta – IDT.

Tabela 5 – Motivo da Participação do Jovem no PROJovem Urbano, segundo o Sexo e a Situação Ocupacional – Municípios Seleccionados – Julho – Agosto/2010

| Motivo | Sexo / Situação ocupacional | | | | | | | | Total |
|--|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Feminino | | | | Masculino | | | | |
| | Ocupado | Desemp. | Inativo | Total | Ocupado | Desemp. | Inativo | Total | |
| Possibilidade de uma qualificação profissional | 35,1 | 33,3 | 24,5 | 30,8 | 24,5 | 32,3 | 27,5 | 26,5 | 28,9 |
| Conclusão do ensino fundamental | 59,8 | 59,0 | 66,5 | 62,0 | 61,1 | 49,2 | 60,0 | 58,6 | 60,6 |
| Aprender outra profissão | 2,3 | 2,2 | 2,6 | 2,4 | 4,2 | 6,2 | 2,5 | 4,4 | 3,2 |
| Adquirir mais conhecimentos na área de informática | --- | 1,1 | 0,6 | 0,5 | 1,9 | 4,6 | 2,5 | 2,5 | 1,4 |
| Receber a bolsa auxílio | 1,7 | 3,3 | 2,6 | 2,4 | 3,2 | 4,6 | 7,5 | 4,0 | 3,1 |
| Colaborar nos trabalhos sociais voltados para a melhoria de vida da comunidade | --- | --- | 1,3 | 0,5 | 1,9 | --- | --- | 1,2 | 0,8 |
| Outro | 1,1 | 1,1 | 1,9 | 1,4 | 3,2 | 3,1 | --- | 2,8 | 2,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta – IDT.

Tabela 6 – Jovens por Situação da Cor, segundo o Sexo e a Situação Ocupacional – Municípios seleccionados – Julho – Agosto/2010

| Cor | Sexo / Situação ocupacional | | | | | | | | Total |
|---------------------|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Feminino | | | | Masculino | | | | |
| | Ocupado | Desemp. | Inativo | Total | Ocupado | Desemp. | Inativo | Total | |
| Branco(a) | 13,8 | 16,7 | 19,4 | 16,5 | 18,6 | 26,2 | 27,5 | 21,3 | 18,5 |
| Pardo(a) | 73,6 | 71,1 | 70,3 | 71,8 | 65,2 | 59,9 | 47,5 | 61,8 | 67,6 |
| Preto(a) | 8,0 | 5,6 | 5,2 | 6,4 | 10,2 | 10,8 | 15,0 | 10,9 | 8,4 |
| Amarelo(a) | 3,4 | 3,3 | 3,2 | 3,3 | 3,7 | --- | 5,0 | 3,1 | 3,2 |
| Indígena | 0,6 | 2,2 | 0,6 | 1,0 | 1,4 | --- | 2,5 | 1,3 | 1,1 |
| Desconhece cor/raça | 0,6 | 1,1 | 1,3 | 1,0 | 0,9 | 3,1 | 2,5 | 1,6 | 1,2 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta – IDT.

Tabela 7 – Motivos que Levaram os Jovens a Deixar de Estudar, segundo o Sexo e a Situação Ocupacional - Municípios Seleccionados – Julho – Agosto/2010

| Motivo | Sexo / Situação ocupacional | | | | | | | | Total |
|---|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Feminino | | | | Masculino | | | | |
| | Ocupado | Desemp. | Inativo | Total | Ocupado | Desemp. | Inativo | Total | |
| Dificuldade de aprendizagem | 5,2 | 8,9 | 7,7 | 6,9 | 5,1 | 13,8 | 20,0 | 8,7 | 7,7 |
| Questões familiares | 67,9 | 62,3 | 64,0 | 65,1 | 19,9 | 20,0 | 20,0 | 19,9 | 45,6 |
| O horário do trabalho impossibilitava ir à escola | 10,3 | 12,2 | 9,0 | 10,3 | 46,7 | 33,9 | 25,0 | 41,5 | 23,8 |
| A distância entre a escola e a residência | 4,6 | 3,3 | 7,7 | 5,5 | 5,6 | 7,7 | 2,5 | 5,6 | 5,5 |
| Problemas de saúde | 3,4 | 2,2 | 3,2 | 3,1 | 3,2 | 6,2 | 7,5 | 4,4 | 3,6 |
| Não gosta / não tem interesse | 4,0 | 4,4 | 3,2 | 3,8 | 9,3 | 4,6 | 7,5 | 8,1 | 5,7 |
| Outro | 4,6 | 6,7 | 5,2 | 5,3 | 10,2 | 13,8 | 17,5 | 11,8 | 8,1 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta – IDT.

Tabela 8 – Formas de Discriminação Sofrida, segundo o Sexo e a Situação Ocupacional - Municípios Seleccionados – Julho – Agosto/2010

| Discriminação | Sexo / Situação ocupacional | | | | | | | | Total |
|--------------------------------------|-----------------------------|---------------------|----------------|--------------|---------------|--------------------|---------------|--------------|--------------|
| | Feminino | | | | Masculino | | | | |
| | Mulher ocupada | Mulher desempregada | Mulher inativa | Total | Homem ocupado | Homem desempregado | Homem inativo | Total | |
| Econômica | 19,3 | 16,5 | 21,9 | 19,5 | 19,4 | 16,5 | 21,8 | 19,0 | 19,4 |
| Étnica, racial ou de cor | 11,0 | 11,0 | 8,8 | 10,3 | 8,3 | 8,3 | 9,1 | 8,4 | 9,5 |
| Gênero | 11,3 | 9,1 | 9,2 | 10,1 | 4,5 | 4,1 | 3,6 | 4,3 | 7,8 |
| Por ser (ou parecer ser) homossexual | 1,5 | 2,4 | 3,2 | 2,3 | 3,5 | 7,4 | 7,3 | 4,9 | 3,3 |
| Religiosa | 17,9 | 17,1 | 13,9 | 16,4 | 16,6 | 13,2 | 10,9 | 15,1 | 15,9 |
| Por local de origem | 15,2 | 16,5 | 14,3 | 15,2 | 17,3 | 19,9 | 20,0 | 18,2 | 16,4 |
| Por causa da idade | 8,0 | 7,9 | 10,4 | 8,8 | 9,9 | 11,6 | 10,9 | 10,4 | 9,4 |
| Por ser deficiente | 2,1 | 1,8 | 2,4 | 2,1 | 3,2 | 3,3 | 0,0 | 2,9 | 2,4 |
| Por outros motivos | 13,7 | 17,7 | 15,9 | 15,3 | 17,3 | 15,7 | 16,4 | 16,8 | 15,9 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta – IDT.

Tabela 9 - Jovem do Projovem Urbano por Sexo, segundo a Idade em que Começou a Estudar - Municípios Seleccionados - Julho-Agosto/2010

| Idade | Sexo | |
|-----------------|--------------|--------------|
| | Feminino | Masculino |
| Até 6 anos | 68,0 | 57,0 |
| 7 a 9 anos | 26,5 | 30,8 |
| 10 anos ou mais | 5,5 | 10,6 |
| Não informou | --- | 1,6 |
| Total | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta – IDT.

Tabela 10 - Jovem do Projovem Urbano por Sexo, segundo a Série em que Iniciou os Estudos - Municípios Seleccionados - Julho-Agosto/2010

| Série que iniciou os estudos | Sexo | |
|------------------------------|--------------|--------------|
| | Feminino | Masculino |
| Pré-escola | 62,5 | 64,7 |
| Primeira série | 34,6 | 31,5 |
| Depois da primeira série | 1,0 | 1,6 |
| Não lembra | 1,9 | 2,2 |
| Total | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta – IDT.

Tabela 11 – Jovem do Projovem Urbano por Faixa Etária, segundo a Idade em que Começou a Estudar – Municípios Selecionados – Julho-Agosto/2010

| Idade | Faixa etária | |
|-----------------|--------------|--------------|
| | 18 - 24 | 25 - 29 |
| Até 6 anos | 66,9 | 57,4 |
| 7 a 9 anos | 25,5 | 32,9 |
| 10 anos ou mais | 6,9 | 9,0 |
| Não informou | 0,7 | 0,7 |
| Total | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta – IDT.

Tabela 12 - Jovem do Projovem Urbano por Cor, segundo a Idade em que Começou a Estudar - Municípios Selecionados - Julho-Agosto/2010

| Idade | Cor | | | | |
|-----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Branco(a) | Pardo(a) | Preto(a) | Amarelo(a) | Indígena |
| Até 6 anos | 64,3 | 64,1 | 53,2 | 62,5 | 87,5 |
| 7 a 9 anos | 29,2 | 27,1 | 33,9 | 33,3 | 12,5 |
| 10 anos ou mais | 5,8 | 8,4 | 11,3 | --- | --- |
| Não informou | 0,7 | 0,4 | 1,6 | 4,2 | --- |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta – IDT.

Tabela 13 - Jovem do Projovem Urbano por Situação de Reprovação, segundo a Série em que Iniciou os Estudos - Municípios Selecionados - Julho-Agosto/2010

| Série em que iniciou os estudos | Situação de reprovação | | |
|---------------------------------|------------------------|-----------------------|----------------------------------|
| | Não foi reprovado | Foi reprovado uma vez | Foi reprovado Duas vezes ou mais |
| Pré-escola | 55,9 | 64,7 | 71,5 |
| Primeira série | 40,6 | 32,1 | 25,6 |
| Depois da primeira série | 1,4 | 0,9 | 1,2 |
| Não lembra | 2,1 | 2,3 | 1,7 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta – IDT.

Tabela 14 - Jovem do Projovem Urbano por Sexo, segundo a Situação de Reprovação e Abandono Escolar- Municípios Selecionados - Julho-Agosto/2010

| Abandono da escola | Sexo / Reprovação | | | | | | | | Total |
|------------------------------|-------------------|-----------------------|----------------------------------|--------------|-------------------|-----------------------|----------------------------------|--------------|--------------|
| | Feminino | | | | Masculino | | | | |
| | Não foi reprovado | Foi reprovado uma vez | Foi reprovado Duas vezes ou mais | Total | Não foi reprovado | Foi reprovado uma vez | Foi reprovado Duas vezes ou mais | Total | |
| Nunca abandonou | 13,4 | 11,5 | 7,4 | 11,2 | 11,0 | 14,5 | 10,4 | 11,6 | 11,4 |
| Abandonou uma vez | 45,9 | 65,5 | 53,7 | 54,4 | 42,2 | 51,3 | 41,8 | 44,2 | 50,0 |
| Abandonou duas vezes ou mais | 40,7 | 23,0 | 38,9 | 34,4 | 46,8 | 34,2 | 47,8 | 44,2 | 38,6 |
| Total | 41,0 | 33,2 | 25,8 | 100,0 | 34,2 | 23,8 | 42,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta – IDT.

Tabela 15 - Jovem por Motivo que o Levou a Participar do Projovem Urbano, segundo o Sexo - Municípios Selecionados - Julho-Agosto/2010

| Motivo | Sexo | | Total |
|--|--------------|--------------|--------------|
| | Feminino | Masculino | |
| Possibilidade de uma qualificação profissional | 30,8 | 26,5 | 28,9 |
| Conclusão do ensino fundamental | 62,0 | 58,6 | 60,6 |
| Aprender outra profissão | 2,4 | 4,4 | 3,2 |
| Adquirir mais conhecimentos na área de informática | 0,5 | 2,5 | 1,4 |
| Receber a bolsa auxílio | 2,4 | 4,0 | 3,1 |
| Ocupar o tempo livre | --- | --- | --- |
| Colaborar nos trabalhos sociais voltados para a melhoria de vida da comunidade | 0,5 | 1,2 | 0,8 |
| Outro | 1,4 | 2,8 | 2,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Direta – IDT.